



**PROCESSO N° 10226/2023**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO N° 05/2023**

**Julgamento de Recurso impetrado pela empresa 50.939.262 EDUARDO SILVA LEITE**  
**CNPJ n° 50.939.262/0001-94**

**Objeto:** seleção de bandas de música, completas e com cantores, do gênero forró, com o intuito de compor a grade de apresentações que ocorrerão no São João do município de Arapiraca/AL no ano de 2023.

Trata o presente expediente de Recurso acerca do Julgamento Preliminar do Processo n° 10226/2023, Chamamento Público n° 05/2023, apresentado pela empresa 50.939.262 EDUARDO SILVA LEITE, CNPJ n° 50.939.262/0001-94.

#### **DO RECEBIMENTO DA PEÇA**

Cumprе destacar que o Recurso foi recebido pela Comissão Permanente de Licitação, tempestivamente, tendo sido autuado através do Chamamento Público n° 05/2023.

#### **DO CONTEÚDO DO RECURSO**

Em sua fundamentação, a recorrente afirma, in verbis:

Informamos que o código e descrição das atividades já se encontram compatíveis com o que se pede no edital referente ao processo de contratação de bandas para apresentação na cidade de Arapiraca, a empresa responsável de nome 50.939.262 EDUARDO SILVA LEITE de CNPJ 50.939.262/0001-94 e nome fantasia FILIPE SILVA & BANDA, se responsabiliza por quaisquer problemas jurídicos fiscais que venham a prejudicar a participação do artista nos eventos, ao mesmo tempo se coloca a disposição para esclarecer dúvidas sobre a atividade artística da empresa. Segue em anexo cartão CNPJ.

#### **DO MÉRITO**

Preliminarmente, é conhecido que a licitação, como procedimento administrativo, deve obedecer aos ditames constitucionais, aos princípios gerais de direito e à lei, aqui citando particularmente a Lei Federal n° 8666/93.

*[Handwritten signatures and initials]*



Esta Comissão Permanente de Licitação agiu com estrita observância aos princípios básicos descritos no artigo 3º da mesma lei, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e os que lhes são correlatos.

Cumpra esclarecer que o edital é a lei interna da Licitação, sendo inconcebível que o órgão público fixe as regras e modos de participação dos licitantes e no transcorrer do procedimento licitatório ou em seu julgamento se afaste do estabelecido em Edital, ou admita proposta ou documentação em desacordo com as regras estabelecidas.

A vinculação ao edital que regulamenta o certame licitatório é uma garantia constitucional, e irá orientar a atuação tanto do órgão promotor da licitação quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei nº 8666/93, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei, que assim estabelece: "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

### **CONSIDERAÇÕES ACERCA DO RECURSO**

Conforme constante na Ata de Julgamento Preliminar da Chamada Pública nº 05/2023, datada de 16 de junho de 2023, a empresa 50.939.262 EDUARDO SILVA LEITE foi inabilitada por não ter ramo de atividade compatível e pertinente ao objeto do Edital da Chamada Pública mencionada, com fundamento ao estabelecido no subitem 3.1 do Edital.

A Recursante informa em sua peça que a "descrição das atividades já se encontram compatíveis com o que se pede no edital", ou seja, a alteração do objeto social da empresa só ocorreu após a finalização do chamamento público em referência, conforme se depreende dos autos do processo.

Ante ao exposto, considerando que durante o período de credenciamento (01/06/2023 a 09/06/2023) a empresa 50.939.262 EDUARDO SILVA LEITE não atendia os requisitos do Edital, por não ter objeto compatível com o Edital, não é possível habilitar a empresa, haja vista que o art. 43, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93, veda a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

### **DA CONCLUSÃO**

1. Assim, em face das razões trazidas no presente, INDEFERIMOS o pedido formulado pelo RECORRENTE, mantendo, para o caso em questão, o posicionamento inicial, expressado através da Ata Julgamento Preliminar.



2. Que o presente julgamento, com a peça recursal apresentada, seja anexado ao processo principal;
3. Que seja ainda disponibilizado o presente julgado aos interessados; e
4. Por fim, que a presente decisão seja encaminhada à apreciação do Chefe do Poder Executivo Municipal, a quem caberá a decisão final.

Arapiraca, 21 de junho de 2023.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

*Micheliney Rodrigues de Sousa Oliveira*  
**MICHELINY RODRIGUES DE SOUSA OLIVEIRA**  
Presidente Substituta da CPL

*Kerley Larisse Lima Santana*  
**KERLEY LARISSA LIMA SANTANA**  
Membro da CPL

*Isabela Kethelen Gomes Cavalcante Montes*  
**ISABELA KETHELEN GOMES CAVALCANTE MONTES**  
Membro Suplente da CPL